



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Dossiê

D

Uma tríade reflexiva: ausência, presença e desaparecimento como abordagens historiográficas

Dossier | A Reflexive Triada: absence, presence and disappearance as historiographical approximations






Ausência de longa duração e Presença ausente como desresponsabilização. Alguns apontamentos sobre a temporalidade histórica dos militares na Nova República

Long term absence and the absent Presence as disaccountability. Some appointments on historical temporality of the Military in the New Republic

Afonso Celso Thomaz Pereira

afonso.pereira@ifrj.edu.br

<https://orcid.org/0009-0003-5610-7843> 

Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, Colegiado de Humanidades, Nilópolis, RJ, Brasil



Resumo

Este artigo analisa a emergência de diferentes temporalidades e linguagens políticas com a volta dos militares à cena política. Parte-se da premissa de que, desde a Lei da Anistia e da Constituição de 1988, uma vez assegurados seus privilégios e imunidades, eles estabeleceram mecanismos eficientes de regulação de sua presença / ausência do cenário político. Durante a Nova República (1985 -), houve um regime de atuação militar de baixa intensidade até o golpe de 2016 e as eleições de 2018, quando o Alto Comando e altas patentes reassumiram protagonismo político. Essa alta exposição exigiu dos militares novas formas de produção de sua representação explicitando temporalidades, agenciamentos e categorias próprias desse universo e que, dada sua ubiquidade, desafiam a percepção ordinária da história. Esse contexto de crise (2016-2022) nos impeliu a analisar a mobilização desses mecanismos de presença / ausência da percepção pública como formas de desresponsabilização política dos militares ao longo da história recente.

Palavras-chave

Ditadura militar. Temporalidades. História do tempo presente.

Abstract

This article analyzes the emergence of different temporalities and political languages with the return of the military to politic scene. It starts from the premise that, since the Amnesty Law and the Constitution of 1988, since their privileges and immunities are assured, they have established efficient mechanisms for regulating their presence / absence from the political scene. During the New Republic (1985-), there was a regime of low-intensity action until the 2016 coup and the 2018 elections, when the High Command and the Higher-ranks reassumed political leadership. This high exposure demanded from the military new ways of producing theirrepresentation, exposing temporalities, agency and categories from an universe that, given its ubiquity, challenge the ordinary perception of history. This context of crisis (2016-2022) impelled us to analyze the mobilization of these mechanisms of presence / absence of public perception as forms of political disaccountability of the military throughout recent history.

Keywords

Military dictatorship. Temporalities. Present times history.



Entre as aulas de um professor na graduação sobre Renascimento, Antonio Edmilson Rodrigues, nas quais falava sobre a pintura de Michelangelo na Capela Sistina, *A Criação de Adão* (cujo centro é o espaço vazio entre as mãos de Deus e Adão). Entre outros temas, ele nos chamava atenção para um elemento essencial que se mantinha ausente do olhar dos espectadores: a Igreja. Aclamada como ícone do humanismo, e aí estava a ironia, toda a moldura da pintura era a sede do papado, era o coração da Igreja. De tão ubíqua, se fazia ausente.

Assim também, pensamos, seria a relação dos militares com o último governo e, de forma extensiva, com o poder desde a redemocratização. De tão óbvios, os militares mantiveram-se, em geral, ocultos das avaliações que se faziam sobre o governo. Mesmo no período mais brutal da pandemia, em que todo o primeiro escalão do Ministério da Saúde foi ocupado por militares, sua responsabilidade parecia secundária, a implicação subjetiva e institucional em relação à prestação de contas desapareciam sob o manto da influência do presidente. Se assim foi no governo em que ocuparam mais cargos do que na própria ditadura, durante a Nova República, quando se estabeleceu um consenso de 'recuo' ou 'volta aos quartéis', sua visibilidade era mais rarefeita ainda – em geral, uma presença excepcional, acontecimental, que não se comunicava com o passado recente nem com a instituição.

Reconhecendo o debate sobre a cronologia da Nova República, entendo que não seria o espaço adequado para seu desenvolvimento. Dito isto, a análise a seguir afasta-se da visão de Daniel Aarão Reis (2014), quando aponta uma indefinição ("a busca por uma identidade") para o início da ditadura entre 1964 e 1968, e seu fim em 1979 com a supressão dos atos institucionais. Por outro, aproxima-se de leituras diversas, como Vladimir Safatle, para quem a Nova República, iniciada em 1985, sucumbe em 2013, ou Jorge Ferreira e Lucilia Delgado, que apontam o ano de 2016 como seu esgotamento. Essa ausência dos militares teria se dado de diferentes maneiras. Seja responsabilizando o presidente como se esse fosse a causa primeira da presença incidental daqueles; fragmentando sua presença no governo através da ideia de distintas 'alas' (moderados, técnicos, radicais, bolsonaristas, ideológicos, golpistas, legalistas) sem comando, comunicação ou organicidade entre elas; ou através da ideia de que os militares foram arrastados e manipulados pelo governo. Isso, claro, considerando aquelas leituras que sequer os mencionam, ou o fazem de forma lateral.

Neste artigo, então, propõe-se mapear e analisar desde um ponto de vista de longa duração, as formas da presença/ausência dos militares no cenário político nacional, os dispositivos acionados que permitiram sua ocultação e como essa ausência se traduziu em força. A forma histórica da relação presença/ausência é a Lei da Anistia (1979), que estabelece



uma continuidade com as formas atuais da ausência no último governo e que redundaram em eficientes mecanismos de desresponsabilização. Discutiremos a seguir algumas análises do governo Bolsonaro (2019-2022) por intelectuais das ciências humanas nas quais a presença dos militares é ofuscada, negligenciada ou rebaixada, resultando num fortalecimento de sua ausência. Em seguida, analisaremos algumas formas de produção dessa ausência como desdobramento do processo de anistia e de uma postura mais ou menos consciente da historiografia. Por fim, buscaremos apontar para formas atuais de camuflagem da presença militar que contribuem para a percepção generalizada de não-governo do consórcio militar-Bolsonaro.

(Denominaremos “militar-Bolsonaro” por entender que não há disponível uma definição satisfatória que dê conta dos elementos do reacionarismo, neoliberalismo, autoritarismo, milicianização, fundamentalismo religioso e presença histórica dos militares. Assim, de forma provisória, manteremos essa designação que busca encampar, em um mesmo conceito, todos esses fenômenos sincrônicos, com a precedência do significativo militar ao de Bolsonaro).

A produção da ausência na história como força

“Bolsonaro arrasta os militares para a lama” (Fornazieri, 2020); “Após desfile de blindados, militares falam em constrangimento e ‘espetáculo’ de Bolsonaro” (Soares, 2021); “Ala ideológica reage à ascensão dos militares no governo Bolsonaro” (Schaffner, 2020); “Bolsonaro rearranja relação com ala militar do governo” (Gielow, 2019).

Estas são algumas manchetes de veículos de grande circulação no país, cobrindo diferentes momentos do governo. O que elas têm em comum é a interpretação de uma distinção entre militares e governo, seja pela oposição entre polo ativo e passivo, seja pela segmentação dos componentes do governo em diferentes agentes, com suas distintas agendas, motivações e responsabilidades. Essa leitura acerca da relação entre as forças armadas e governo entre 2019 e 2022, como veremos, não se restringe à imprensa – seja pela adesão positiva ao ponto de vista militar, pela disposição moral em responsabilizar a pessoa do ex-presidente da república ou por uma tradição de percepção dos militares como um corpo técnico, apartidário e politicamente secundário na história desde a redemocratização -, mas é circulante também na academia.

A crítica especializada vem produzindo um sem-número de trabalhos acadêmicos, ensaios e jornalísticos que têm o último governo como foco: tentativas de explicar a eleição, crescimento da extrema-direita, comportamento performático, decisões sobre a pandemia, militarismo... em um movimento de produção de conhecimento crítico sobre o presente que se



avoluma pelo menos desde o processo de impeachment. O cientista político Christian Lynch, talvez um dos principais nomes para se pensar o conservadorismo no Brasil, em parceria com Paulo Henrique Cassimiro, aposta alto na precedência da figura do presidente da república em relação aos militares. Sobre a coalizão conservadora que venceu as eleições em 2018, por exemplo, os autores defendem que ela “poderia em tese produzir reformas como aquelas empreendidas pelo governo Castelo Branco. Entretanto, elas foram inviabilizadas pelo predomínio, na direção da referida coalizão, do tipo mais reacionário dos culturalistas, a que pertencem o presidente e seus filhos”. (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 61). À parte a desconexão programática em termos de economia entre aquele momento da história e esse, os autores atribuem a direção da coalizão a Bolsonaro e filhos. Segundo os autores, além disso, foi “o grupo de reacionários vinculados a Olavo de Carvalho que deu as cartas na formulação estratégica do governo, limitando-se os militares ao apoio tático” (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 73). Por fim, Lynch e Cassimiro colocam em dúvida a adesão da tropa aos ideais de generais e chefes militares presentes no governo, no sentido de se poder caracterizar o comportamento observado no “gabinete militar”, um dos supostos núcleos de força dentro do governo, como sendo compartilhado pela “família militar”. Neste sentido, ponderam os autores que

Também é difícil saber até que ponto os generais palacianos podem ser considerados representativos do conjunto das Forças Armadas, porque foram escolhidos a dedo pelo presidente. Embora um número significativo de militares seja crítico da Nova República e dos excessos do judicialismo, a incursão das Forças Armadas no contexto atual teria menos incentivos e bases para apoio – externos e internos – em comparação ao golpe de 1964 (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 146).

De nosso ponto de vista, a dúvida não se justificaria uma vez que as Forças Armadas já estavam dentro do governo desde o dia 1, que o vice-presidente era um general e que no discurso de posse o presidente afirmara que devia a eleição ao general Villa-Bôas (o que ameaçou o STF pelo tuíte). Embora a compreensão da composição intelectual, política e ideológica das fileiras militares, em geral, seja um tema central, parece pouco provável que exista alguma dúvida razoável nesse sentido. Afinal, até 2022, data de publicação da obra, mesmo passada a pandemia, nenhuma “ala” de militares em todo país levantara-se em oposição¹.

¹ Os exemplos permanecem individualizados, como os militares reformados Marcelo Pimentel e Heraldo Makrakis em raras aparições na imprensa, mas atuantes na mídia independente e redes sociais pessoais.



Comparemos essas afirmações de Lynch e Cassimiro com a seguinte. Em fevereiro de 2016, os 17 comandantes do exército faziam sua reunião anual (RACE). O país iniciava o processo de impeachment e vivia-se a ebulição das manifestações de rua de 2015/16. Corte para meados de 2020.

Entre os 17 generais-de-exército da 304ª RACE em 2016, todos hoje na reserva, há um vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características políticas. O próprio comandante do Exército, dirigente da reunião, é assessor ministerial no governo (Pimentel, 2020, p. 150).

Torna-se evidente que os militares - e agora podemos especificar melhor: os comandantes das forças, e a alta patente - não estavam em posição lateral de fornecer apoio tático; que eles realizaram não apenas a formulação de estratégias, mas a formulação da concepção, das orientações, dos valores e da execução daquele governo que emergiu deste centro de comando ocupado e gestado por militares (da ativa e da reserva). Consideremos também que a performance histriônica presidencial cumpria um papel central nesse processo da percepção da presença/ausência dos militares.

Com a finalidade de incorporar e traduzir linguagens, códigos, hábitos e tradições específicas deste grupo para o espaço público, é necessário tomar a sério as noções que orbitam este universo, tais como como segredo, hierarquia, lealdade e honra. O coronel da reserva Marcelo Pimentel, voz dissonante no espaço público, alerta sobre essa questão da adesão da massa militar em um artigo que carrega o eloquente título “a palavra convence e o exemplo arrasta”, conforme vemos na seguinte, longa, passagem, sobre a crescente presença de militares em cargos do governo:

É comum repetirem que isso não significa “associação” da imagem das FA com o governo Bolsonaro porque os generais não “falariam” em nome das instituições, tão somente em seus próprios. Ora, se um militar na reserva atuando nesse tipo de cargo já associa a imagem da instituição ao trabalho que exerce, que dizer de um general na ativa? (...)



O militar na ativa faz parte do governo – ocupando cargo político – porque seu comandante assim o quis. Se faz do cargo “escudo” e “espada” do presidente é porque o comandante da força permitiu. (Pimentel, 2020, p. 160-1).

Aqui, categorias como turma de formação, patente, companheiro de missão, lealdade, espírito de corpo e família militar cumprem papéis chave no quadro mental dos militares, tanto pela formação escolar dos ingressantes como pelo costume adquirido na vida na caserna. É possivelmente devido à turbidez das relações internas aos militares para a opinião pública que convivamos na imprensa, nos meios políticos e na academia, reiteradamente, com a ideia de que “aparentemente o Exército e generais importantes tentam se desvencilhar de Bolsonaro, ainda que os sinais sejam contraditórios.”, como sugerido pelo cientista político Leonardo Avritzer (2020, p. 46). Nesta breve formulação há três aspectos centrais e complementares que compõem o núcleo do que estamos apontando como a produção da ausência militar: “exército e generais importantes”, “tentam se desvencilhar” e “aparentemente / sinais contraditórios”.

O primeiro aspecto, conforme já apontado acima, aborda uma suposta separação entre ‘exército’ e ‘generais importantes’, na qual não fica claro se a distinção seria para separar alto e baixo escalão e reforçar que ambos se desvinculavam, ou se haveria militares ‘não importantes’ que se manteriam no governo à revelia de seus superiores. O segundo aspecto, ‘tentam se desvencilhar’, seria uma derivação do primeiro, pois, essa suposta tentativa estaria sujeita a uma pressão, do presidente talvez, para que ‘generais importantes’ permanecessem à contragosto aliados ao governo, enquanto os demais pulariam do barco.

De fato, ao longo do mandato, militares entraram e saíram do governo, usaram a imprensa ou seus vocais para criticar determinadas posturas e apresentaram-se como moderadores diante de um presidente radical, no modelo good cop (Correa, 2022) / bad cop (Frazão; Pires, 2021). No entanto, essa percepção de um constante movimento de afastamento – sem nunca de fato se afastar - servia, justamente, para criar a ilusão de que os militares não estavam necessária e geneticamente vinculados ao governo, de que sua presença era incidental e, portanto, não eram cúmplices ou responsáveis pelas decisões – às quais chegavam mesmo a criticar.

O que leva ao terceiro aspecto: “aparentemente / sinais contraditórios” devem ser considerados ações deliberadas e orientadas. A suposição de contradição se desfaz quando se percebe que o emissor dos sinais contraditórios é o mesmo a todo momento, e que esses sinais se complementam do ponto de vista da manutenção de um sistema maior do que percebido pelos atores individualmente envolvidos. Já a própria sensação de aparência é o sinal inequívoco de sucesso da estratégia de camuflagem e esquiva da percepção social dos militares, pois, ela revela



que a dúvida foi incorporada pelo sujeito da crítica, que vê somente relações que lhe parecem contraditórias, isto é, que lhes faltariam racionalidade ou densidade. Isso tornaria o objeto de análise rebaixado do ponto de vista lógico e insuficiente do ponto de vista político – como era percebida a comunicação de campanha e do governo como confusa, contraditória, incompetente.

Por fim, uma passagem - de um artigo no Estado de São Paulo - com um argumento frequente na academia e no senso comum que acaba por suprimir a responsabilidade precípua dos militares na montagem e direção do governo Bolsonaro. Segundo os professores Gabriela Lotta, Fernando do Amaral Nogueira e Daniel Pereira Andrade,

O retorno dos militares para a realização de funções civis na administração pública se deveu a três fatores. Primeiro, a falta de um partido estruturado e de quadros conservadores qualificados para preencher postos no governo Bolsonaro. Os militares emergiram assim como principal alternativa, coadunando-se ainda com as preferências pessoais do mandatário em função de sua trajetória na Aman” (Andrade; Nogueira; Lotta, 2021).

A ocupação dos cargos é um dos pontos chave para o funcionamento da máquina administrativa em qualquer governo democrático, afinal, é o que em tese garante a fidelidade das peças da engrenagem da máquina às linhas de comando central. Assim, imediatamente após a posse do novo governo, procedeu-se a uma ‘desptização’ da máquina pública’ e a inédita ocupação de cargos administrativos por militares, tornando-se “o principal grupo representado no governo, chegando a chefiar 10 dos 22 ministérios, comandando um terço das empresas estatais e ocupando 6.157 cargos civis de chefia e assessoramento distribuídos em ministérios, bancos federais, autarquias, institutos e estatais, sendo que 3.029 são oficiais da ativa cedidos ao governo” (Andrade, 2021, p. 22). Ora, como desassociar um do outro? A nomeação de militares, longe da qualificação, respondia por um lado ao projeto da alta oficialidade de montar uma máquina política central de comando e, por outro, do loteamento de cargos federais (ou estaduais, municipais) por PMs, bombeiros e baixas patentes país a fora como barganha e negócio para garantir coesão dentro do espectro bolsonarista - além de perpetuar a antiga ideia de que as elites civis seriam incompetentes para guiar a vida do país. Porém, do modo como está expressado, é como se os autores afirmassem que os militares assumiram os postos quase sem querer.

Não é o objetivo, bem entendido, fazer crítica aos autores aqui mencionados – ao contrário, são leituras absolutamente necessárias -, mas, sim apontar como os dispositivos de apagamento



dos traços dos militares são eficientes a ponto de passarem através destas importantes pesquisas e acabarem por reforçar, mais ou menos conscientemente, a ausência de intencionalidade.

Mecanismos de produção da ausência

Quais seriam estes dispositivos acionados no trabalho do cientista social e que inibiriam o vislumbre daquela ubíqua presença?

Reprimidas e superadas internamente as divisões ideológicas no período de 1946 a 1964 e as divisões programáticas entre 1964 e 1979 (Chirio, 2014), desde a redemocratização, os militares apresentam-se como um grupo cada vez mais homogêneo que, com o retorno dos civis ao poder, se uniram em torno da manutenção de seus privilégios e salvaguardas garantidos com a Lei da Anistia e a Constituição Federal de 1988.

A persistência da ausência dos militares atuaria em um nível profundo dos operadores conceituais. Isso porque os militares não são um agente como outro qualquer (partidos, classes, associações civis), eles portam uma cosmovisão e uma temporalidade que desafia a visão republicana. A negligência ou o tratamento ordinário dado ao tema militar, de certa forma, preserva os mecanismos heurísticos da história e das ciências humanas como a cronologia (atravessam a Era Vargas, Período Democrático, Ditadura e a Nova República), a agência de indivíduos e entidades (tutela, operação de dissonância cognitiva, ação por representantes) e conceitos (justiça, igualdade, liberdade seriam distorcidos pela existência constitucional de uma dupla jurisdicionalidade, dupla cidadania e dupla legislação próprias aos militares ao longo de toda república). Tudo considerado, isso explicaria aquela turbidez interpretativa.

Além disso, levar a sério as categorias que ordenam aquela cosmovisão, tais como hierarquia, violência, aristocracia, privilégio, disciplina, nos leva a conclusão de que são, justamente, as mesmas que, analisadas do ponto de vista da história social do trabalho, da história social das relações raciais e da escravidão, da história social das elites políticas, por exemplo, garantem a reprodução material e simbólica das desigualdades sociais ao longo da república. Essa justaposição histórica deslocaria novamente o foco dos militares. Portanto, com um olhar mais cuidadoso, não podemos considerar que os militares simplesmente aparecem e desaparecem da história ao sabor dos ventos.

Observando o problema, vê-se o conflito historiográfico: como acomodar a história da redemocratização (greves, Diretas Já, feminismo e toda sorte de movimentos sociais) com um conjunto de valores, programas e ideologia que pouco ou nada mudou nos últimos 40 anos? Esse desafio, parece, ficar colocado quando vemos as análises dos cientistas sociais acima, que seriam pertinentes em relação a quaisquer outros atores políticos convencionais. Isto é,



os cientistas dariam como garantido um fim (telos) moral em que as aporias democráticas estariam estabelecidas com a automática demissão dos militares das instituições, logo, as disputas no mundo da sociedade civil se dariam em torno de projetos sociais e políticos, com os papéis dos atores (burguesia, trabalhadores, classe média, partidos, políticos, imprensa) claros a todos. As dificuldades aparecem quando se percebe - hoje, visível a todos - as limitações democráticas que sempre estiveram atuantes a nível infra - impostas desde 1979.

Neste sentido, não apenas a cronologia da Nova República, mas de toda a república, merecia ser colocada em xeque. Atualmente, nos deparamos com choques temporais, com forças do passado que expõem uma crise e “uma crise de representação do tempo” (Turin, 2019, p. 9) resultado do conflito de múltiplas temporalidades e a busca de uma nova “sincronização”, de uma nova hegemonia cronológica – democrática segundo a CF-88 ou militar e arcaica - na história nacional recente, para usar os termos do historiador Rodrigo Turin.

Há uma simultaneidade do não-simultâneo, nos termos de Koselleck, como se, após Abertura, os militares tivessem se tornado fragmentos do passado, física e ideologicamente. Ao contrário, o que se verifica aqui é a convivência da Constituição Cidadã com princípios fundamentais rivais (aristocracia, autoritarismo, privilégio) no mesmo nível de realidade e derivados do mesmo processo histórico, a Abertura.

Recorrendo ao historiador Elías Palti, seria possível, para nosso caso, afirmar que essa forma de pensamento desencadeada a partir da Abertura “está, de fato, funcionando sobre a base do que podemos chamar um modelo de ‘política restringida’” (Palti, 1998, p. 11). E é justamente a naturalização dos conceitos de democracia, igualdade, liberdade e cidadania na academia, na imprensa e no parlamento o que impede uma radicalização desse momento em “uma luta política generalizada (onde as mesmas premissas básicas da ordem existente se tornam matéria controversa)” (Palti, 1998, p. 11). Nesse mesmo sentido aponta Renato Lemos, “a perspectiva liberal-democrática constitui um verdadeiro ‘obstáculo epistemológico’ (...), porque se confunde, acriticamente, com a própria realidade que pretende explicar” (Lemos, 2018, p. 473). Como se os conflitos políticos e sociais estivessem sendo jogados em um tabuleiro com todas as forças e ideias rivais, mas, quando o jogo se torna democrático demais emergiriam forças, e uma temporalidade correspondente, que reorganizam as peças novamente, numa espécie de contrarrevolução institucionalizada (Lemos, 2018).

Forma histórica da ausência: Anistia

Há consenso na historiografia sobre a condução dos militares no processo de transição de 1974-1988, com os conflitos, contradições, avanços e recuos, maior ou menor interferência da



sociedade civil, mas inegavelmente, de sua condução e interferência até a promulgação da CF-88, quando garantem seu *habeas corpus* e salvo conduto. Outro tema, decorrente deste, é como os militares conseguiram manter a Lei da Anistia em funcionamento até os dias de hoje, mesmo diante de outras experiências históricas semelhantes, como Chile, Argentina e África do Sul, por exemplo, que levaram adiante processos de justiça de transição, e diante de novas legislações, valores políticos e fatos documentais que poderiam conduzir a um debate generalizado e profundo de pertinência dessa lei.

Seguindo a historiadora Maria Celina D'Araújo, "parte-se da premissa de que desde 1979 as Forças Armadas fizeram da Lei da Anistia um assunto tabu e atuaram com poder de veto sempre que o tema entrou na agenda política" (D'Araújo, 2012, p. 575). Há uma série de elementos conjugados, de ordem jurídica, política e histórica, que garantem o sucesso dos militares como 'veto players' ao longo de todo esse período, mantendo, assim, o apagamento de sua presença no passado e no passado que segue existindo no presente. Politicamente, a autora formula que esse imobilismo teria a ver com a imposição da tese da anistia bilateral compactuada com a oposição, de modo que a reconciliação não poderia ser quebrada por aqueles que a acordaram. Em segundo lugar, juridicamente, com a fidelidade dos tribunais que seguiram atuando no regime de autoritarismo legal legitimando os crimes do regime pelos crimes da subversão e, ainda que tardiamente, procederam a reparações pecuniárias após reconhecer sua responsabilidade. Por fim, historicamente, um esvaziamento do apelo à justiça de transição por parte da sociedade civil dada sua convivência, cometimento e aceitação de altos índices de violência na sociedade, bem como o baixo nível de apreço aos direitos humanos (D'Araújo, 2012, p. 585).

O argumento de pactuação com a oposição teve um importante papel na limitação da capacidade de mobilização da sociedade civil, visto que os agentes da ditadura e seus representantes ainda controlavam o sistema político, de informação e imprensa. A ideia de questionar a Lei da Anistia partia dos grupos de esquerda, daqueles que foram afetados diretamente pela repressão, e não do quadro geral dos que defenderam a democracia. Nesse sentido, facilitava para os defensores da ditadura classificarem-na como revanchista, e mais, como traidores do pacto democrático com o restante da sociedade.

A partir de 1995 foi estabelecida a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, dando início, finalmente, aos processos jurídicos de reconhecimento e indenização - que seguem em andamento (Brasil, 2022). Em 2011, após uma série de tentativas malfadadas, finalmente é instaurada a Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de esclarecer os crimes cometidos e, eventualmente, buscar justiça. Como se sabe, os efeitos desta comissão foram bastante aquém das expectativas. D'araújo (2012) e Chirio (2020) relatam alguns conflitos marcantes entre militares e membros do governo, com vitórias militares em todos os casos.



A ONU, em 2004, definiu a justiça de transição nos seguintes termos: “conjunto de abordagens, mecanismos (judiciais e não judiciais) e estratégias para enfrentar o legado de violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades” (D’Araújo, 2012, p. 581). O que se verificou no caso brasileiro foi a subversão do espírito dessa orientação da ONU, porque os processos envolveram o pagamento de indenização e/ou pensão ao próprio ou familiares, no entanto, a responsabilização pelos atos ficou a cargo do Estado. Isto é, houve uma dissolução da responsabilização individual ou institucional (Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Civil, Polícia Militar ou seus chefes e comandantes) pelos crimes, levando a uma dupla consequência de impunidade (passado) e imunidade (no futuro) para os atores – que seguiram atuando nas forças armadas e policiais. Sem processos sociais de produção da verdade e da justiça, complementos necessários para o processo de luto e superação crítica do passado, vemos os militares produzindo um dos mais importantes dispositivos de desresponsabilização e de apagamento de seus traços na ditadura. A indenização/pensão, que poderia significar um primeiro passo para processos mais complexos, acabaram se resumindo a uma resposta individualizada, esvaziando a função social da verdade e da justiça.

Em terceiro lugar, devemos considerar a associação entre a percepção da violência em geral com aquela perpetrada na ditadura e avaliar se essa seria capaz de mobilizar a sociedade especialmente em seu protesto. Durante a pandemia, por exemplo, pudemos ter uma ideia de o quanto a sociedade foi tolerante com a morte em massa – para parte da população, adicta ao presidente, essas mortes eram encaradas como consequência natural de uma guerra, não seria culpa de ninguém, “fazer o quê?”, “não sou coveiro”. Em uma sociedade cultivada na extrema violência da escravidão e do pós-escravidão, convivendo com chacinas e níveis de desigualdade social e miséria abruptos, o que conferiria, afinal, especialidade a essa violência específica de modo a mobilizar a sociedade em torno da verdade e da justiça?

Aqui, o desaparecimento aos direitos humanos e sua contraparte, a convivência, cometimento e aceitação da extrema violência configuram-se como um costume e complementam o sucesso da lei da anistia. Esta se torna fiadora do apagamento da responsabilização das forças armadas – comandantes e instituição – pelos crimes cometidos e da presença-ausência histórica dos militares como pilares de uma estrutura de poder que segue produzindo e se beneficiando dessa violência – no limite, garantidora da estrutura social.

No contexto do golpe de 64, Chirio aponta que a propaganda intramilitar anticomunista e em defesa da hierarquia tinha como ponto comum “atiçar os sentimentos conservadores da



oficialidade contra (...) as políticas do governo trabalhista e as reivindicações das classes populares” (Chirio, 2014, p. 43). A estrutura de poder e o universo ideológico assentado e difundido pelos militares - na forma de sociedade hierárquica, repúdio à democracia, uso da violência e defesa da ordem - está solidário com aquele das elites escravistas arcaicas de 1964 e de hoje. Nesse sentido, compreende-se tanto a benevolência e entusiasmo de nossas elites com os golpes e pronunciamentos vindos dos quartéis, como a pesada artilharia que é acionada a cada tentativa de enquadrar as forças armadas nos limites da democracia.

A presença-ausência (presença política ausente de responsabilidade) dos militares franqueada pela Lei de Anistia, e reatualizada com sucesso até hoje, remete ao que o psicanalista Tales Ab’Saber diz sobre os mecanismos do silêncio em torno do tema da escravidão na cultura e no espaço público do Brasil do século XIX. Vejamos uma passagem ilustrativa:

‘Não posso aceitar agora a discussão relativa à lei de de 7 de novembro de 1831, porque essa discussão é sobre matéria melindrosa; tanto que a câmara [...] *da oposição*] julgou conveniente discuti-la em sessão secreta, e o mesmo fez a câmara atual no ano passado’, dizia Eusebio de Queiróz, Ministro da Justiça em 1851... Antidialética, ruínosa e concreta à brasileira, esta posição na ausência dos signos tinha lugar inscrito muito claro na estrutura da vida do poder por aqui, como Joaquim Nabuco foi o primeiro a observar: ‘a instituição da escravidão podia existir no país, *mas o nome não podia ser pronunciado* do alto do trono em pleno Parlamento’. As decisões do poder eram, deste modo, esotéricas ao sentido corrente no mundo vida, mesmo que, em parte, o formassem.

Este silêncio de raiz da própria coisa da experiência social brasileira vai ser mais tarde percebido como consubstancial da racialização política e social (...), e vai ser visto como modo fundamental de nosso próprio racismo de Estado, tão particular (Ab’Saber, 2022, p. 165-6)

Substitua-se escravidão por ditadura, lei de 7 de novembro por Anistia, racismo de estado por violência de estado, e o silêncio de raiz terá cumprido, uma vez mais, seu papel. Todo o esforço dos militares é de manter esse passado grudado no futuro, um “arcaísmo como projeto” (para citar a obra de Manolo Florentino e João Fragoso); e que esse costume sirva de limite às expectativas, como nos casos da Diretas Já, CF-88, revisão da Anistia e das políticas sociais, inimigos contra os quais os militares estão sempre a postos para a guerra. Nas palavras de Maria



Celina D'Araújo, em síntese, "A lei de 1979, segundo os militares e grande parte da sociedade brasileira, teria sentenciado uma única possibilidade de interpretação da história" (D'Araújo, 2012, p. 574), a da conciliação, da ausência de responsabilidade, da convivência com a extrema violência.

A experiência da abertura, considerando os conflitos e contradições inerentes, até a eleição de Bolsonaro, forneceu aos militares a experiência de uma guerra de baixa intensidade no longo prazo em um contexto de democracia de baixa intensidade. O que importa, entretanto, é que haja uma guerra. O discurso de guerra, repetidamente enunciado ao longo da Nova República pelos militares (Castro Rocha, 2021) se converteu, no governo militar-Bolsonaro, em uma ação de guerra. É nessa lógica que ocorrem ataques a universidades, professores, indígenas, fiscais do Ibama, cientistas e, na outra face da moeda, se criam escolas cívico-militares, desregulamentação ambiental, tratamento alternativo, "passar a boiada", "colocar a granada no servidor público", armamento da população. Tanto os ataques quanto as ações materializariam, a seu ver, o discurso da salvação da nação. Se é uma guerra, ações excepcionais tornam-se necessárias e não é culpa de ninguém que seja assim. A presença ausente dos militares era uma condição necessária para a continuidade do estado normal de coisas que, de fato, como se viu, é um estado normal de exceção.

A ausência dos militares da visibilidade pública lhes dava uma vantagem relativa de ação. Até pouco tempo, 2016 digamos, essa ausência correspondia ao regime estabelecido desde a redemocratização segundo o qual, o retorno aos quartéis era compensado pela manutenção de seus privilégios, imunidades e prestígio. Ao mesmo tempo, estavam sempre em alerta contra todo tipo de ameaça, simbólica e material, que surgisse, como reorganização administrativa, reformulação dos currículos, revisão da lei de anistia, debates sobre golpe ou ditadura de 1964 ou redefinição da jurisdição sobre as polícias militares.

Nesses casos, a prontidão para defesa corporativa e o revide se manifestaram, por exemplo, quando Collor dissolveu o SNI e passou para civis a nova Secretaria de Assuntos Estratégicos, pouco depois FHC criaria a Abin, em 1995, colocando a SAE sob controle militar novamente (Zaverucha, 2010, p. 44); também quando Lula aceitou a demissão de seu ministro da defesa José Viegas, em 2004, após forte pressão dos comandantes militares (D'Araújo, 2012, p. 589); ou, por fim, a mudança de horizonte de expectativa com a criação da CNV e os acenos do Executivo para revisão da Lei da Anistia, provocando forte mobilização dentro da caserna em reação a essas ameaças existenciais vindas do governo Dilma Rousseff (Chirio, 2020).

Após 2016, de forma ostensiva, os militares retornam ao palco, e logo depois, em 2018, o retomam, alterando aquele regime de atuação em baixa intensidade que marcara a Nova República. Essa mudança não se deu da noite para o dia, como apontam Piero Leirner (2020a;



2020b) e Maud Chirio (2020). Desde pelo menos 2011 e se acelerando em 2015, houve dentro dos quartéis um movimento de estímulo e mobilização interno que reativava um ideário reacionário, autoritário e salvacionista mantido vivo por grupos nostálgicos da reserva, e que agora, associado à extrema-direita, se movia da margem para o centro.

Em meio ao processo das eleições de 2014, Lava-Jato e o impeachment - uma “tempestade perfeita”, nas palavras de Leirner -, estreitam-se laços da caserna com o mundo externo. Uma conexão da direita e extrema-direita civis com os militares se estabeleceu em defesa da salvação da nação e numa aliança anti-corrupção, anti-política, anti-direitos sociais e civis, anti-Estado laico e anti-ações afirmativas, em síntese, anticomunismo. Essas conexões se materializam na circulação destes grupos em think-tanks e instituições militares (Chirio, 2020, p. 209-210), tendo, por exemplo, Olavo de Carvalho um nome chave como palestrante de cursos na ESG e no clube militar, além de seus textos que circulavam em revistas e páginas na internet ligadas às forças armadas (Leirner, 2020a, pp. 31-35 *passim*). É esse universo que informa a caserna e que se disseminou para a família militar através das redes sociais agora.

Formas atuais da ausência.

Após o golpe de 2016, “Temer abriu espaço para os militares em postos sensíveis (Funai, Abin e recriação do GSI, gabinete da Casa Civil, Ministério da Defesa, Secretaria Nacional de Segurança Pública e outros cargos estratégicos no segundo escalão) e deu início de maneira abrupta a uma intervenção federal no Rio de Janeiro sob comando militar, além de decretar quatro operações de GLO” (Andrade, 2021, p. 22). Diante do exposto até aqui, defendemos que o sentido da frase está invertido, não foi Temer quem ‘abriu’ ou ‘deu’, mas foram os militares que ocuparam o espaço e determinaram a intervenção, o que já era perceptível à época, e se confirma com a tomada definitiva do poder por esse mesmo grupo na eleição de 2018.

A partir do momento em que os militares ocuparam espaços de poder, maior teve que ser seu esforço para apagar essa presença. A exposição exagerada pode trazer consequências imprevisíveis em um contexto formalmente democrático e romper com o pacto de imunidade estabelecido desde a Anistia. Nesse sentido, a recuperação daquelas manchetes acima expressa o trabalho e o relativo sucesso dessa *missão*. Veremos agora os mecanismos de produção e as formas dessa ausência no momento que os militares passaram a ocupar o poder, e como nessa percepção de ausência do poder ou de não-governo residia justamente sua força.

Com o avanço das novas formas de comunicação digital, das redes sociais e o uso dos smartphones houve uma radical transformação do espaço público em relação à opinião



pública, linguagem, forma de comunicação, papel da imprensa, criação de agendas comuns e a percepção política do indivíduo (Cesarino, 2022). Ainda que não nos aprofundemos nesse aspecto essencial aqui, é a partir desse contexto cultural, linguístico e político que devemos encarar as formas de comunicação e ação do consórcio militar-Bolsonaro desde as eleições de 2018. As plataformas digitais e redes sociais possibilitam uma comunicação com uma velocidade, quantidade e variedade de informações desconhecidas até então, e foram habilmente utilizadas por grupos de extrema direita em diferentes países (Empoli, 2020).

Durante as eleições e todo o mandato era muito comum a percepção de que havia uma enxurrada de informações, muitas vezes contraditórias e aparentemente sem sentido, que emanavam do campo bolsonarista ou eram veiculadas pela grande imprensa numa “avalanche de acontecimentos onde cada dia parece que somos acometidos por algo que vai virar o mundo de ponta-cabeça” (Leirner, 2020b, p. 138 nota). Declarações fortes e recuos, divergências entre membros de primeiro escalão, divulgação de notícia falsa, linguagem chula, trajes populares, comunicação errática, comportamento impróprio, ofensas à imprensa, desprezo pelos protocolos e elogio à violência, todos esses elementos - com “premeditada confusão de códigos [e] intencional quebra de previsibilidade” (Villas Boas, 2022, p. 11) -, fizeram parte da comunicação de campanha e durante o governo. Isso frequentemente era lido pela esquerda e pelos grandes meios de comunicação como primitivismo e ausência de coordenação; no entanto, produzia dividendos políticos.

Essa avalanche configuraria, para Leirner, uma operação informacional de interferência em nossa capacidade cognitiva de percepção, observação e análise da realidade diferente do que estamos acostumados. “Contradições, bate-cabeças, absurdos, e toda sorte de mal-entendidos que são produzidos por todo entorno governista (...). Trata-se de uma dinâmica de guerra, e não de uma maquinação militar sem maiores efeitos” (Leirner, 2020a, 43-44).

Segundo Leirner, que analisa a situação brasileira dentro de uma perspectiva de guerra híbrida iniciada desde 2014, “o padrão é a replicação intensa a partir de grupos com conexões pouco estruturadas e nada evidentes. Uma vez que a primeira indução militar deu alguma diretriz, as células começam a funcionar sozinhas” (Leirner, 2020b, p. 142). As redes sociais e o Whatsapp, fundamentais nas eleições e durante o governo (Cesarino, 2020), funcionavam como uma espécie de ‘estações de repetição’.

A ideia é que, dentro da lógica criada pelo discurso militar-bolsonarista, os indivíduos repetidores funcionavam como soldados numa guerra, como cidadãos-soldados-algoritmos. Considere os militares individualmente, os soldados, cabos, marinheiros, cada PM, a família-militar e seus familiares como a base desse exército de algoritmos. “Trata-se de um grupo coeso



como em nenhum outro partido, em torno do qual outros grupos vão aderindo 'em redes'. (...) militar. Como a presença é nacional, formam-se polos de "núcleo familiar" em todo o território" (Pimentel, 2020, p. 164-5), que funciona ao mesmo tempo como uma base horizontal de difusão de informação, mas com uma orientação vertical baseada justamente na referência à hierarquia, ordem, moral, patriotismo militares. Isto é, a cadeia de transmissão da informação vem, muitas vezes, marcada pela referência pessoal no elemento militar em algum elo da cadeia, conferindo a confiança da autoridade militar à informação.

Durante todo o governo Bolsonaro foi frequente o seguinte roteiro: aos arroubos antidemocráticos, ameaças às instituições, crises externas provocadas por declarações desastradas e insinuações de golpes seguiam-se declarações oficiais ou em off, notas, entrevistas com membros das forças armadas buscando contemporizar, desautorizar ou se desvencilhar do presidente ou seu representante da vez, recobrando, assim, uma imagem pública de força de moderação. Não foram poucas as 'crises' e 'afastamentos' entre altas patentes e Bolsonaro, sem que fosse perceptível que estivessem atuando nas duas pontas do processo: provocam a crise, contornam a crise; incitam o radicalismo, apregoam razoabilidade. Somente com mecanismos muito eficientes, seria possível sustentar essa visão, inclusive em meios de esquerda. Aquilo que parece ao observador externo confusão, desorientação, contradição, visto por outro ângulo, torna-se coordenação, planejamento, controle, porém, sem que esses operadores estejam em evidência.

Não se trata, bem entendido, de que haja um complô ou manipulação das forças armadas sobre o restante da população, como um número de mágica ou hipnose. Ocorre que, e aqui compartilhamos a afirmação decisiva de Leirner, esses agentes "possuem instrumentos que lhes vão dando vantagens óbvias – sendo o mais relevante deles, o controle dos órgãos de informação do Estado" (Leirner, 2021, p. 109), tais como GSI, Abin, CADE, PF, Receita Federal, SisFron, Ministério da Justiça, e até TSE (Falcão; Vivias, 2021) e STF (Vasconcelos, 2018), onde estiveram presentes *a convite* dos Tribunais. Esses instrumentos possibilitam tanto a ação, como a produção da ausência e da desresponsabilização.

A aparência de desordem, de voluntarismo, amadorismo, o "caos como método", de que fala Marcos Nobre (2000), cumpre também a função, de esconder aqueles que efetivamente desempenhavam o papel de organização transversal a todos os ministérios e instituições, as Forças Armadas - conforme se viu na ocupação de cargos de primeiro e segundo escalões além de empresas estatais. Não-governar estava posto desde o princípio. Não apenas porque durante a campanha não havia projeto de governo, mas porque governar implica assumir responsabilidade, ônus e autoria, bem como negociar e compor - isto é, ceder - com forças políticas em nome de



um projeto comum. Não se tratou de um governo normal, um governo tal qual vimos desde a redemocratização, pois seu centro de comando está camuflado como metonímia pela figura do (capitão) presidente da república – “a constituição, de fato, sou eu”. O projeto dos militares é garantir seus privilégios e salvo condutos, como uma eterna transição, e acesso a vantagens comerciais-econômicas.

Esse tema do não-governo e desresponsabilização foi capturado pela antropóloga Maria José de Abreu com a ideia de exceção, oscilação e indecisão presentes nas estratégias comunicativas do governo. Para a autora, haveria um governo de exceção em curso marcado pela ideia do “antes de tudo e acima de todos”, isto é, um governo que se recusa a se enquadrar nos limites republicanos e se mantém em um espaço místico inacessível. No entanto, diferente dos governos de exceção clássicos, caracterizados pelo exercício arbitrário do poder de decisão do soberano, estaríamos diante de um governo que não-governa, que não-decide (“antes de tudo e acima de todos: nenhuma decisão”, é o título do artigo).

Evitavam-se falas claras, organizadas, tomadas de posição e decisões inequívocas por parte do presidente, e isso provocava a fusão entre meio e mensagem. Isto é, a confusão e oscilação na comunicação oficial era mais importante do que o conteúdo que estava sendo veiculado e, ao mesmo tempo, permitia sempre o recurso ao desmentido como um mal-entendido. Assim, “ao invés de uma decisão, há oscilação entre opostos e a determinação zelosa de transformar essa oscilação em seu próprio exercício de poder” (Abreu, 2019, p. 4).

A desresponsabilização dos militares, enfim, envolvia um sofisticado mecanismo retórico que criava a sensação de que as ações do governo aconteciam apesar de decisões ou escolhas do presidente, excetuando-o de autoria ou deixando gatilhos prontos para mudanças de discurso. Notemos que essa estratégia foi complementada pelo afastamento da imprensa, dos espaços tradicionais de contato e mediação já no final do primeiro ano de mandato, como as coletivas. Durante a pandemia isso se intensificou com a criação de um cercadinho, onde jornalistas tinham que disputar espaço com apoiadores do presidente e eram frequentemente ofendidos e agredidos, até que, em maio de 2020 os principais veículos decidiram abandonar o contato direto com o presidente da república, o que resultou na ampliação de seu espaço de ação sem prestação de contas. Mais ausentes e desresponsabilizados ainda estavam os militares.

Ausência como ausência de responsabilidade

Daniel Pereira Andrade, em artigo recente, defende que o país passou por uma virada autoritária representada pela confluência, por um lado, do neoliberalismo e as políticas



de austeridade e, por outro, da militarização da política e administração pública. Vejamos a instigante definição com suas palavras

Por 'virada autoritária' não se quer designar a mudança abrupta de uma situação em que o neoliberalismo se desenvolvia de maneira plenamente democrática para uma nova situação plenamente autoritária (...). A virada denota o reverso da transição democrática brasileira, cuja abertura "lenta, gradual e segura" foi conduzida de maneira tutelada pelos próprios militares, já que agora foi pela via eleitoral que eles retornaram ao centro do poder e agem no sentido inverso de um fechamento igualmente 'lento, gradual e seguro' (Andrade, 2021, p. 1-2).

Esse passo é decisivo para pensarmos as afinidades entre neoliberalismo e a administração imposta pelos militares no último governo em relação à desresponsabilização, desregulamentação e temporalidade histórica envolvida na presença dos militares na política e nas formas de manutenção de seu poder no regime democrático. Deve-se considerar, em primeiro lugar que foi nesse governo que se impôs um robusto programa de desregulamentação econômica, trabalhista, ambiental, dando andamento a uma mercantilização e privatização de diferentes áreas sociais – finalmente, para os militares, uma vingança contra CF-88.

Para ficarmos apenas com um aspecto da pandemia, por primeira vez foi cogitada a hipótese de venda de vacina por empresas privadas. Algo que, historicamente, o poder público mantinha como uma atividade de ponta tornou-se um campo de negócios na mão de generais e coronéis, conforme demonstrado pela CPI da Covid. A demora e recusa de compra de vacinas em função da negociação de propinas com os fabricantes e para viabilizar a produção de 'tratamentos alternativos' bancados por hospitais privados, laboratórios e empresários entre cloroquina, ivermectina, ozônio e outros, é outra face do mesmo mecanismo de autodemissão do governo de governar e de ordem neoliberal.

Nenhuma situação expõe melhor essa afinidade entre neoliberalismo e militarismo do que a oposição entre economia e saúde defendida pelo governo. Esse é o caso paradigmático para analisar a desresponsabilização do governo (militar) e a consequente responsabilização do indivíduo. Durante a pandemia, ao criar a dicotomia: ou fica em casa ou enfrenta o vírus e vai trabalhar (Uol, 2020), estabelece-se uma linguagem bélica, segundo a qual, o indivíduo deveria enfrentar o inimigo e salvar a si e sua família – "é preciso 'enfrentar vírus como homem e não como moleque'" (FFerraz, 2020), "'Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso", afirmava o presidente (Fernandes, 2020) -, em oposição àquela da covardia e passividade, em que



o Estado tomaria as rédeas e decidiria a vida das pessoas. Essa visão dicotômica ficou sintetizada na declaração presidencial, “mais importante que a vida, é a liberdade” (Caramuru, 2020).

Sobre este aspecto, Mariana Côrtes apresenta uma analogia que nos ajuda a entender o campo semântico e os efeitos das falas presidenciais. Em seus trabalhos sobre o neopentecostalismo, ela menciona uma ‘teodiceia bélica’, segundo a qual, os evangélicos entenderiam como sinal de submissão e humilhação toda dependência em relação à sobrevivência e bem-estar, como os direitos sociais e intervenção do Estado. Em oposição à carteira assinada, o empreendedorismo representaria o livramento do povo de Deus do cativo. Essa linguagem política, porém, possui uma capilarização na sociedade além da religião para aqueles indivíduos que na vida ordinária jamais tiveram acesso à proteção social. Assim, a ausência do Estado ou a admissão de lutar para sobreviver individualmente fazia parte historicamente da linguagem corrente de grande parte da sociedade (Côrtes, 2021, p. 13-4).

Ora, enfrentar uma crise daquele tamanho exigiria um esforço enorme de qualquer governo para mobilizar o Estado: sistema de saúde, apoio internacional, programas de assistência social, composição política com estados e municípios. Ocorre que, de acordo com o ethos militar, estava-se em uma guerra na qual a pandemia era mais uma batalha de salvação da nação - desde 2011 talvez (com a criação da CNV, extinção do GSI) -, e na guerra não há negociação ou concessão. Bem entendido: guerra contra o inimigo interno, o comunismo - vacina, SUS, política pública, quarentena, planejamento, distribuição de renda, ciência, como eram frequentemente associados à esquerda -, e o inimigo externo, o vírus chinês - o general Pazuello se declara numa missão militar para enfrentar o comunavírus, afinal, “os militares sabem que é guerra”, como afirmou Bolsonaro (Coletta, 2021).

É nesse sentido que Turin fala de uma rerregulamentação da economia e do Estado, ao invés de desregulamentação, pois haveria aí uma ação de sincronização social dos interesses de um grupo como sendo aquele de toda sociedade. Esse “autoritarismo neoliberal (...) opera, acima de tudo, pela desideologização dos conceitos e pela desmobilização política” (Turin, 2019, p. 41). A guerra, o mercado, a eficiência, a logística, a busca pela sobrevivência não seriam, sob esse ponto de vista, opções políticas, mas necessidades já incorporadas na linguagem comum “a partir de um éthos essencialmente concorrencial, marcado pelo empreendedorismo de si e pela performance” (Turin, 2019, p. 45).

Se durante a Nova República, a ausência configurou-se como retorno aos quartéis, uma vez garantidas as salvaguardas constitucionais dos militares, agora, nesse retorno ao palco “lento, gradual e seguro”, os militares e seus representantes deveriam impedir a todo custo a visibilidade e a responsabilização pelos seus atos no governo.



Há algum acordo dos motivos que levaram os militares a tomarem esse rumo que desembocou na eleição de 2018: Comissão Nacional da Verdade, pressão pela revisão da lei de anistia, interferência nos currículos de formação e no processo de designação de patentes dos militares, possibilidade de nova vitória do PT em 2018 e convencimento interno de que haveria uma guerra híbrida em curso movida pela esquerda (Andrade; Leirner; Chirio). Ou seja, internamente, na leitura dos militares, diante da profunda instabilidade do país a partir de 2013 e com a Lava Jato, haveria a possibilidade real de quebra dos acordos firmados pela anistia – o tuíte do general Villas Boas ameaçando o STF (Leirner, 2021) talvez seja o sinal mais visível da provável vitória eleitoral de Lula em 2018, o que levou a uma nova intervenção para a manutenção da ordem e controle da temporalidade instauradas com a transição. Conforme defendemos, uma temporalidade marcada pela conciliação, moderação e pela extensão do passado no presente, e que submete a temporalidade liberal-democrática dos partidos, da sociedade civil e dos projetos de futuro.

Como ressaltou John Pocock, a república florentina era percebida pelos contemporâneos como um “fluxo de acontecimentos irracionais concebidos como essencialmente destrutivos de todos os sistemas de estabilidade secular” (Pocock, 2021, p. 26). Essa perda de controle da temporalidade talvez tenha chegado a um ponto crítico em que os militares - aristocraticamente – buscaram mais uma vez uma estabilidade *ex-republica* e restabelecer ficções e mecanismos de controle infraestruturais “de modo que eles possam operar numa posição de ‘administradores do sistema’” (Leirner, 2020, p. 144). Isto é, restabelecer uma situação em que eles tenham renovadas suas garantias estabelecidas com a Anistia e privilégios consolidados na CF-88. Esses objetivos, porém, não podem exatamente vir à tona, como sugeriu Ab’Saber, eles são a ausência dos signos, o silêncio raiz.

Podemos traduzir essa função de administradores do sistema como uma espécie de militares S.A., ou seja, como um ‘board’ de acionistas majoritários, anônimos, inimputáveis individualmente, com máquinas de lobby em toda imprensa, congresso e tribunais, e com eficientes poderes de veto. A metáfora permite inclusive reconhecer a presença de outros acionistas e campos de pressão na luta pelo controle, o que reforça a necessidade de se manter os mecanismos de defesa alertas. Sobretudo, destaque-se o status de inimputáveis, desencarregados sobre as consequências de suas ações do ponto de vista social, ético, humanitário ou ambiental. O lucro dessa S.A. é, além do próprio lucro, a manutenção da anistia e seus privilégios.

Essa ideia se aproxima do Management Militar, conforme desenvolvido por Andrade, Nogueira e Lotta, para designar a entrada da administração pública na lógica da guerra. Essa ‘guerra’ seria combatida na frente humana com a substituição de funcionários de carreira



associados ao PT ou reativos aos militares por quadros de confiança; e na frente cultural com a inserção da “ideologia do management [que] é a afirmação de que gestão é algo sempre técnico e sem ‘desvios ideológicos’ ou políticos” (Andrade; Nogueira; Lotta, 2021). Lembremos que durante a campanha esse traço era insistentemente reforçado: ‘quadros técnicos’, ‘ala técnica’, ‘governo técnico’ eram expressões para se referir aos militares. Agora, então, teríamos uma gestão apolítica operada por indivíduos técnicos-patriotas.

A gestão militar potencializa as características da lógica gestionária. Ela insere na hierarquia a lealdade, nos métodos o segredo, e como são eles mesmos que operam o sistema, esquivam-se de prestação de contas e controle social, criando, assim, uma forma perfeita de governança para qualquer empresa – não fosse assim, seria pouco provável que o Ministério da Saúde passasse mais de um dia com aqueles quadros que desfilaram pela CPI. Assim como na lógica gestionária, não há atores, não há responsáveis, há um sistema. Quem está na linha de frente, os gerentes, não são os donos, apenas ganham para serem responsáveis terceirizados.

Conclusão

O “fechamento lento gradual e seguro”, na formulação de Andrade, é o que permite os militares saírem dos quartéis e entrarem em cena sem serem notados e controlarem as rédeas do processo. Durante a abertura, os movimentos populares por Diretas e os atentados foram as balizas que deram contornos ao processo que atraía militares e oposição e que teve como resultado: eleição indireta, anistia, artigo 142, imunidade, por exemplo. Agora também outros contornos são produzidos para manter os polos antagonistas mobilizados em torno de uma nova solução mediada: ameaça de golpe, incerteza quanto à realização das eleições, invasão dos prédios dos três poderes, ameaças e violência a políticos e militantes, enfim. Um conjunto de eventos que teve como consequência, por um lado, militares sensatos que frearam Bolsonaro, resistiram a golpes e garantiram as eleições. Por outro lado, uma ‘frente democrática’ que queria tirar Bolsonaro, mas não reverter suas políticas econômicas ou sociais, um polo progressista que aposta todas as fichas em um juiz do STF, uma esquerda que tem como horizonte a reconstrução do país de trinta anos atrás. Uma reedição da democracia de baixa intensidade, da manutenção das garantias e privilégios militares continuidade da temporalidade da Anistia.

Ao longo da redemocratização, e acentuado recentemente, a linguagem de guerra fomentada pelos militares é corroborada, maliciosamente, por uma configuração ideológica de matriz escravista entre nós, segundo a qual direitos humanos, salários dignos, direitos sociais, aposentadoria, não ser assassinado pela polícia são vistas como demandas da esquerda, e não universais democráticos. Como visto, a associação entre a hierarquia militar e a hierarquia social



ficou exposta nos quartéis nos anos 1960. Hoje em dia, com a homogeneização ideológica pós-ditadura, esse vínculo se fortaleceu, de modo que as intervenções e pronunciamentos caminham todos no mesmo sentido político e ideológico, anti-igualitário, anti-direitos sociais e anti-democrático.

Somos o país que não reviu sua lei da anistia, que não realizou a justiça de transição, que as mesmas pessoas e entidades que governavam na ditadura seguiram e seguem em lugares de poder e prestígio. A longa duração da anistia está fundada em privilégios envoltos em silêncios e ausências que se reproduzem como a ordem e hierarquia naturais. De tão presente, não se vê mais o militarismo. Essa história de repetidas intervenções, de presença ininterrupta, de retorno lento gradual e seguro e de sucessivas ações desastradas nos últimos anos não foi suficiente para uma revisão crítica do lugar e do papel dos militares na sociedade na Nova República.

A experiência recente torna urgente compreender a presença e a dinâmica militar ao longo da história da Nova República, e como esse grupo conseguiu difundir valores, ideias, princípios não-democráticos e altamente corporativos que foram se cristalizando em meio ao senso comum como disseminação do anticomunismo e do prestígio moral das Forças Armadas, bem como da crença na sua isenção política, de uma atávica capacidade técnica – seus vínculos com as igrejas evangélicas, com a imprensa e com intelectuais merecem detalhamento como vias de capilarização. Ao longo do tempo, esse grupo produziu uma forte autorrepresentação interna aristocrática, no sentido de comportamento de corpo, privilégios, pessoas acima e infensas ao mundo normal civil, que está materializada na existência de justiça, previdência, legislação, remuneração e carreira próprios.

Talvez, a percepção sobre esse conjunto de privilégios venha se tornando cada vez mais estranha ao processo de democratização da sociedade. A consciência de que estes privilégios são a parte visível de mecanismos profundos presos a uma temporalidade que resiste aos instrumentos republicanos não parece clara. Fato é que se torna urgente, dada a experiência de 2019-2022, mais e mais profundas análises sobre as formas de perpetuação desse poder antidemocrático espalhado e entranhado no Estado e na sociedade - e como desmontá-lo. Esperamos contribuir com a crítica ao apontar os eficientes mecanismos de ausência/presença e desresponsabilização ativados no senso comum, na imprensa e na academia como caminho para romper esse sistema.

Referências

AB'SABER, Tales. **O soldado antropofágico**. São Paulo: N -1, 2022.

ABREU, Maria Jose de. Before anything, above all: no decision. **The imanente frame. Secularism, religion and the public sphere**. 9, abr., 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3skKGEY>. Acesso em 22, ago., 2023.



- ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da nova república à virada autoritária no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, 2021.
- ANDRADE, Daniel Pereira; NOGUEIRA, Fernando do Amaral; LOTTA, Gabriela. Missão dada é missão cumprida: management militar no governo Bolsonaro. **Estado de São Paulo**. 16, mar., 2021. Disponível em: <https://bit.ly/47Qt2Jo>. Acesso em 22, ago., 2023.
- AREIAS, Karalyan. Militares acolhem Bolsonaro. **O dia**. 07, dez., 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3QVnKI5>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2020.
- BRASIL, Emmanuelle. Deputados cobram retomada do pagamento de indenizações às vítimas da ditadura militar. **Agência Câmara de Notícias**. 24, mai., 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3RcWLXt>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- CAMPOS, Pedro Henrique P. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: EdUFF, 2014.
- CARAMURU, Pedro. "Bolsonaro: para mim, tem algo que é mais importante que a vida, a liberdade" **UOL**. 21, mai., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3spAlaR>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- CASTILHOS, Roniara; GOMES, Pedro Henrique. Líder do governo diz que apresentará projeto para propor plebiscito sobre nova Constituição. **G1**. 27, out., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3QRVkk9>. Acessado em: 22, out., 2023.
- CASTRO, Celso de; MARQUES, Adriana (org.) **Missão Haiti**. A visão dos force commanders. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- CESARINO, Leticia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**. [recurso eletrônico]. n.1, v. 1. fev., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sq5lIi>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- CESARINO, Leticia. **O mundo ao avesso**. Verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.
- CHIRIO, Maud. Da linha dura ao marxismo cultural. O olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira. (Jornal Independência, 1998-2014). In: MARTINS FILHO, José Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.
- COLETTA, Ricardo. Em novo ataque, Bolsonaro sugere que China faz guerra biológica com Covid. **Folha de São Paulo**. 05, mai., 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3KWvDaV>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- CORREA, Victor. Mourão critica orçamento secreto e "hipertrofia do Congresso". **Correio Braziliense**. 29, mar., 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3qNLwK4>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- CÔRTEZ, Mariana. A revolta dos bastardos: do pentecostalismo ao bolsonarismo. **Caderno CRH**. Salvador, v. 34, 2021.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. O estável poder de veto das forças armadas sobre o tema da anistia no Brasil. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul/dez 2012.
- EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vertigo, 2020.
- FALCÃO, Marcio; VIVAS, Fernanda. Barroso pede que Braga Netto indique nome das Forças Armadas para comissão de transparência eleitoral. **G1**. 17, ago., 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3EcAiSp>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- FERNANDES, Augusto. 'Famílias que cuidem de seus idosos', diz Bolsonaro sobre abrir comércios **Estado de Minas**. 08, abr., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EbaMNx>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- FERRAZ, Adriana. Bolsonaro diz que é preciso 'enfrentar vírus como homem e não como moleque'. **Uol**. 29, mar., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PbZbTB>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- FERREIRA, Jorge. O presidente acidental. José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (org.). **Brasil republicano**. v. 5 O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FORNAZIERI, Aldo. Bolsonaro arrasta os militares para a lama. **247**. 18, mai., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3YYgzPZ>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- FRAZÃO, Felipe; PIRES, Breno. Ramos assinou projeto que criou orçamento secreto do governo Bolsonaro. **O Estado de São Paulo**. 18, mai., 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YSgwOT>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- GIELOW, Igor. Bolsonaro rearranja relação com ala militar do governo. **Folha de São Paulo**. 29, jun., 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KXWvrO>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.



- KOSSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: EdPUC-Rio, 2014.
- LEIRNER, Piero. Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado. **Revista Antropológica**. Niterói, n. 53, set-dez 2021.
- LEIRNER, Piero. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020a.
- LEIRNER, Piero. Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira. In: MARTINS FILHO, José Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020b.
- LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LYNCH, Christian; CASSSIMIRO, Pedro Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Contracorrente, 2022.
- MARTINS FILHO, José Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Niterói, EdUFF, 2020.
- NOBRE, Marcos. Ponto Final. A guerra de Bolsonaro contra a democracia. [edição eletrônica]: todavia, 2020.
- O GLOBO. General fala em possibilidade de Exército 'impôr solução' para crise. **O globo**. 17, set., 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3soMOGZ>. Acesso em: 22, ago., 2023.
- PEREIRA, Antony. **Ditadura e repressão**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PIMENTEL, Marcelo. "A palavra convence e o exemplo arrasta". In: MARTINS FILHO, José Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.
- POCOCK, John G. A. **O momento maquiaveliano**: o pensamento político florentino e a tradição republicana atlântica. Niterói: EdUFF, 2021.
- ROCHA, João Cezar. C. Guerra Cultural e retórica do ódio. Goiânia: Caminhos, 2021.
- SAFATLE, Vladimir. A Nova República acabou. UOL. 15 de março de 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica-acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>. Acessado em 24/07/2024.
- SCHAFFNER, Fabio. Ala ideológica reage à ascensão dos militares no governo Bolsonaro. **Zero hora**. 21, jul., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/47GfxMq>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- SILVA, Francisco Carlos T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília (org.). **O Brasil republicano**. V. 4 O Tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.
- SILVA, Francisco Carlos T. Militares, 'abertura' política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, José Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.
- SOARES, Jussara. Após desfile de blindados, militares falam em constrangimento e 'espetáculo' de Bolsonaro. **O Globo**. 11, ago., 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PbR1eR>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**. Aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Dansk: Zazie Edições, 2019.
- UOL. 'Quem não quiser trabalhar, que fique em casa', diz Bolsonaro. **UOL**. 13, mai., 2020. Disponível em: <https://bit.ly/47P57tT>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- VILLAS- BOAS, Luciana. **A república de chinelos**: Bolsonaro e o desmonte da representação. São Paulo: Ed.34, 2022.
- VASCONCELOS, Frederico. Nomeação de general por Toffoli é alvo de questionamentos. **Folha de São Paulo**. 01, out., 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3OPiVMI>. Acessado em: 22, ago., 2023.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010 [recurso eletrônico].

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Biografia profissional

Doutor em História em História Social pela Universidade de São Paulo (2015), realizou estágio de bolsa sanduíche CAPES na Universidad de La Plata, Argentina. Realiza atualmente Estágio de pós-doutorado em teoria e história contemporânea no



departamento de pós-graduação em história da Universidade Federal de Ouro Preto. É mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004), na área de teoria e historiografia. É professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro, com publicações principalmente nos seguintes temas: História da América, História Contemporânea, Teoria da História, História das idéias políticas.

Endereço para correspondência

R. Lúcio Tavares, 1045 - Centro, Nilópolis - RJ, 26530-060. Brasil.

Financiamento

Não se aplica

Conflito de interesse

Nenhum conflito de interesse foi declarado

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica

Modalidade de avaliação

Duplo-cega por pares.

Contexto de pesquisa

O artigo deriva de projeto de pesquisa de pós-doutorado intitulado "A República do Cercadinho", sob supervisão da Dra. Luísa Rauter Pereira, no Departamento de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Ouro Preto.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe
Breno Mendes – Editor executivo

Direitos autorais

Copyright © 2024 Affonso Celso Thomaz Pereira

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Histórico de avaliação

Data de submissão: 25 de agosto de 2023

Data de alteração: 09 de julho de 2024

Data de aprovação: 12 de agosto de 2024

